

Não pagamento do 13º salário: uma decisão que custou mais de 17 mil milhões de meticais em despesas na compra de bens e serviços

- Os salários dos grandes chefes é que asfixiaram as contas do Estado ao ponto de não haver disponibilidade financeira para o pagamento do 13o salário na função pública. Ao todo, são mais de 28 mil milhões de meticais que estariam nos bolsos dos cerca de 400 mil funcionários públicos e agentes do Estado que, além de fornecerem algum alento às despesas no período das festas, teriam sido usados para aliviar o jogo de cintura nos orçamentos de milhares de famílias ao longo deste que é considerado o mês mais “extenso” do ano.



Inocêncio Impissa, Porta-voz do Conselho de Ministros



Créditos: Observador

Do pagamento da metade ao não pagamento. Trata-se da segunda frustração relacionada com o processo de pagamento do décimo terceiro salário que os funcionários públicos experimentam desde que o Governo do dia ascendeu ao poder em 2015. Na primeira, em 2016, surpreendendo centenas de milhares de moçambicanos que trabalham na função pública com um anúncio tardio, o executivo pagou apenas a metade do valor, abrangendo apenas os funcionários de carreira (uma das consequências da redução da margem fiscal do Governo na sequência do escândalo das dívidas ocultas)¹.

Mais recentemente, e quando os funcionários públicos já se iam acostumando a uma certa previsibilidade no pagamento do referido vencimento e a sua incorporação no plano de despesas na transição do ano, veio a segunda e ainda mais amargurada frustração. Desta vez, sob a forma do não pagamento de qualquer valor (exceptuando para pensionistas), facto que não acontece há sensivelmente uma década na função pública.

A decisão foi anunciada no dia 20 de Dezembro

último pelo Presidente da República no âmbito da apresentação do seu informe anual sobre o estado geral da nação, tendo inclusive rendido aplausos dos parlamentares na casa do povo (ossos do ofício ou pura manifestação de indiferença considerando os salários que os mesmos aprovaram em seu benefício no âmbito da reforma). Entretanto, semanas antes do anúncio, já circulavam especulações sobre o assunto e as comunicações do próprio Governo já denunciavam incertezas sobre o pagamento do décimo terceiro aos funcionários públicos².

Na altura, a falta de disponibilidade financeira para o pagamento da remuneração em causa foi atribuída à implementação da Tabela Salarial Única (TSU), pelo facto de ter resultado “em significativos aumentos salariais para a maioria dos quadros da Função Pública”³. No entanto, apenas nesta terça-feira, 10 de janeiro, ficou claro que os salários dos grandes chefes é que foram os principais responsáveis pelo inflacionamento da massa salarial da função pública.

As contas do Estado estão pressionadas de tal

¹ <https://pt.globalvoices.org/2016/12/28/mocambique-disponibilidade-financeira-da- apenas-para-metade-do-13o-salario-e-so-alguns-o-vao-receber/>

² <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Entre-atrasos-e-descontentamentos-impacto-orcamental-da-TSU-sai-do-controlo-e-cria-incertezas-sobre-o-pagamento-do-13o-salario.pdf>

³ https://dossiersefactos.com/governo-nao-vai-pagar-13o-salario/?fbclid=IwAR1TrX8wc85ot2KILMf4b0grY4Zy2N-nhAs4JyKfKx-4OntGWPvU3IDfv_E

forma que uma nova revisão da TSU, desta vez no sentido de reduções, se tornou não só incontornável como urgente. Segundo informações avançadas pelo porta-voz do Conselho de Ministros, Inocêncio Impissa, falando a propósito da 44ª sessão ordinária do órgão e a primeira do ano, a recomendação de redução dos salários dos altos quadros do Estado foi proposta pelo próprio Governo e vai começar pelo tecto, ou seja, do Chefe do Estado até aos outros membros de direcção a nível dos cinco órgãos de soberania⁴.

Se, por um lado, a decisão tomada pelo executivo evitou um ónus de mais de 28 mil milhões de meticais aos cofres do Estado, por outro, desestabilizou o plano de despesas de milhares de moçambicanos, tornando ainda mais desafiante o período de restrições que segue à celebração da quadra festiva. É que, após alguns anos de relativa estabilidade no pagamento do 13º salário pelo Estado (até durante o período mais desafiante da pandemia da Covid-19), os funcionários públicos passaram a incluir a referida remuneração nos seus planos de despesa não só para o período das festas, mas também para atender a necessidades básicas do “longo” mês janeiro.

Mais do que uma mera frustração para os milhares de funcionários públicos e seus respectivos agregados familiares a nível individual, as implicações da decisão do Governo extrapolam para o nível mais agregado. Com efeito, o não pagamento do décimo terceiro vencimento implicou a não realização de uma parte importante do consumo privado planeado. O mesmo consumo que, assumindo a existência de oferta de bens e serviços a nível nacional (e, portanto, a inexistência de fortes pressões sobre os preços), induziria a um ciclo virtuoso que resultaria numa expansão contínua da actividade económica, sobretudo num período como o início do ano em que a procura é mais reprimida.

Com a implementação da TSU, e assumindo a habitual modalidade sob a forma do pagamento único do salário-base, os funcionários públicos te-

riam nos seus bolsos cerca de 28 mil milhões de meticais. Considerando que a elasticidade consumo-rendimento a nível da economia nacional é estimada em cerca de 0,639⁵, significa que a não canalização da remuneração implicou um “golpe” de pelo menos 17 mil milhões nas despesas planeadas pelas famílias na compra de bens e serviços.

Evidentemente que o impacto seria menor considerando que boa parte da massa salarial é actualmente absorvida pelos grandes chefes e teria de ser sacrificada para viabilizar o pagamento do 13º salário, da mesma forma que a injeção de tamanha liquidez na economia poderia ter precipitado alguma pressão no nível geral de preços. Entretanto, mesmo neste cenário, as implicações ainda seriam particularmente importantes, quando considerada a posição do Estado como o maior empregador individual a nível da economia, acrescido ao facto de a postura assumida pelo Governo em relação ao pagamento ou não do 13º salário ser muitas vezes usada para “legitimar” as decisões a nível do sector privado.

O sacrifício incorrido é enorme, sobretudo considerando que o crescimento da economia nacional tem sido impulsionado principalmente pelo consumo privado. Com efeito, as despesas do sector impulsionam uma parte significativa do nosso Produto Interno Bruto (PIB), com um peso equivalente a 2/3 do total. Pelo que uma expansão nesta componente, ainda que pequena, tem o potencial de gerar enormes ganhos em termos de actividade económica.

Infelizmente, não só foram perdidos os potenciais ganhos em termos de estímulo à procura e actividade económica como também as contas do Estado se encontram pressionadas. Pelo que, a esta altura, a preocupação é que a vontade que foi manifestada pelo Governo de reduzir as “gorduras” que pressionam a folha salarial na função pública seja levada com seriedade e que, efectivamente, possam ser encontradas formas sustentáveis de implementação da TSU.

⁴ <https://integritymagazine.co.mz/arquivos/7921>

⁵ Este parâmetro mede a variação do consumo quando o rendimento disponível varia em uma unidade monetária. A estimativa é de um estudo colaborativo entre o Ministério de Economia e Finanças de Moçambique, a Universidade de Eduardo Mondlane, a Universidade de Copenhaga, e o UNU-WIDER (Disponível em: <https://igmozambique.wider.unu.edu/sites/default/files/Working-paper/IGM%20Project%20Paper%20-%20O%20impacto%20da%20COVID-19%20na%20pobreza%20de%20consumo%20em%20Mo%20C3%A7ambique.pdf>)



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beúla
Autor: Gabriel Manguela
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

